



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**PROCESSO** : 0050734-03.2019.6.05.8000**INTERESSADO** :**ASSUNTO** : Pregão n.º 07/2020. Registro de Preços visando a eventual aquisição de café.**PAD N.º 15563/2019****Parecer n.º 0391337 / 2020 - PRE/DG/ASSED**

1. Cuidam os autos de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei n.º 10.520/2002, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG n.º 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993, que teve como objeto o Registro de Preços visando a eventual aquisição de café, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência – do Pregão Eletrônico n.º 07/2020, documento n.º 46956.

2. Foram atendidos os requisitos legais relativos à fase interna do procedimento licitatório, por meio da juntada dos seguintes documentos:

- a) planilha padrão de estimativa de preços e manifestação da SEAQUI, documentos n.ºs 46932 a 46935;
- b) indicação de ação orçamentária para custeio da despesa, não havendo indicação de disponibilidade orçamentária, uma vez que se trata de licitação pelo Sistema de Registro de Preços, documento n.º 46938;
- c) análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documento n.º 46945;
- d) autorização de abertura do certame licitatório por autoridade competente, documento n.º 46949;
- e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, com juntada de cópia da portaria que designou o Pregoeiro e membro de equipe de apoio, documentos n.ºs 46952 e 46957;
- f) documento referente à divulgação do Edital em meio eletrônico, publicação do Edital no D.O.U. e em jornal de grande circulação, documentos n.ºs 46959 e 46960.

3. Os procedimentos realizados durante o processo licitatório foram detalhadamente descritos pelo Pregoeiro no documento n.º 385053, cujo relatório adoto.

4. Aberta a licitação e efetuada a análise preliminar das propostas, verificou-se o início da etapa competitiva, tendo o Pregoeiro concedido oportunidade às empresas para apresentação de lances, consoante registrado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documento n.º 385016.

5. Após o término da mencionada etapa, as licitantes PURA VIDA ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI, BOAVENTURA CAFÉS ESPECIAIS EIRELI e J.M.L.TEIXEIRA, listadas em ordem de classificação das propostas, não atenderam à Condição 10.11 do Edital, a seguir transcrita:

10.11. Na hipótese de as Licitantes classificadas em primeiro lugar, para os itens 1 e 2, ofertarem produtos de marca diferente daquelas indicadas como referência, quais sejam, Santa Clara, Maratá, Três Corações e Pilão; das linhas Premium ou

Superior, o Pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará a apresentação de 3 (três) amostras do mesmo lote do produto ofertado, no prazo de 05 dias úteis, para verificação de sua conformidade com as especificações editalícias e com a proposta, seguindo as prescrições constantes no Tópico 3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)

6. Conforme o Relatório Final a sessão foi suspensa para que as licitantes classificadas apresentassem amostras em caso de ocorrência da hipótese descrita na Condição 10.11, a fim de verificar a conformidade da proposta com as especificações editalícias, documentos n.ºs 46974, 46979 e 46981.
7. Após a desclassificação das mencionadas licitantes, o Pregoeiro procedeu à convocação da licitante JM COMÉRCIO DE UTILIDADES E SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA., classificada em quarto lugar, para os itens nº 1 e 2, e tendo em vista que referida empresa ofertou produto de marca constante no rol daquelas indicadas como de referência (Café Santa Clara, da linha Premium), documento n.º 46976.
8. O Pregoeiro procedeu à tentativa de negociação de preços com a licitante, não obtendo êxito, porém, considerando que a quarta colocada venceu a cota reservada e a cota principal, a adjudicação das cotas operou-se pelo menor preço, com o valor final ofertado para o item nº 1 reduzido.
9. Finda a etapa de lances, procedeu-se à fase de habilitação. Após a devida verificação, os documentos comprobatórios da licitante vencedora foram acostados aos autos, documento n.º 385053.
10. Ao final, o Pregoeiro encerrou a sessão, adjudicando os itens à licitante vencedora, consoante Termo de Adjudicação, documento n.º 385019.
11. Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação por parte das licitantes.
12. Quanto aos demais atos procedimentais, verifica-se a regularidade formal do certame, consoante o quanto previsto na legislação pertinente, podendo o presente processo ser encaminhado à Diretoria-Geral, com vistas à homologação do procedimento licitatório e convocação da empresa vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do arts. 13, VI, VII e 46, do Decreto nº 10.024/19 e art. 13 do Decreto nº 7.892/13, de acordo com o Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico e Relatório Final, documentos n.ºs 385021, 385019 e 385053, respectivamente.
13. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF para informação relativa à disponibilidade orçamentária.
14. Em linha com o princípio da publicidade dos atos administrativos, recomenda-se, s.m.j., que conste da aprovação da Autoridade Competente, o nome das licitantes vencedoras com os respectivos valores, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 385021.
15. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Salvador, 29/05/2020.

Pedro Paulo Andrade

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

Salvador, 29 de maio de 2020.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva, Técnico Judiciário**, em 29/05/2020, às 13:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 29/05/2020, às 13:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0391337** e o código CRC **EFFD622E**.